

A coerência como critério de avaliação para textos produzidos em situação de Exame Vestibular

Luciana Pereira da Silva¹

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba (UTFPR)

lupereirasilva@bol.com.br

Resumo. *O presente trabalho objetiva discutir a avaliação de produções originadas em resposta a questões do exame vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nessa avaliação, pretende-se empregar a perspectiva da coerência textual — importante fator de legibilidade dos textos. Teoricamente partilhamos das elaborações presentes nos trabalhos desenvolvidos por Beaugrande e Dressler (1981), Charolles (1978), Koch (1997) e Koch e Travaglia (1989, 1990). A partir desses autores, pode-se apresentar a coerência como um critério de interpretabilidade, de atribuição de sentido. Tal sentido não está no texto, mas é construído a partir de elementos subjacentes à superfície textual e vinculado ao contexto e aos parceiros da interação. Para tanto, são elencados fatores responsáveis por essa interpretabilidade; fatores esses de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional. Com esse arcabouço teórico, pode-se examinar tanto os textos que compõem as propostas de produção de texto quanto as produções decorrentes dessas, atentando-se para a pertinência da atribuição da coerência, por parte do candidato, das primeiras para a elaboração eficaz das segundas.*

Abstract. *The goal of this study is to discuss the evaluation of productions originated from candidates' responses given to questions of vestibular exams required by the Paraná Federal University (UFPR). In this evaluation, it is intended to use the perspective of the textual coherence, an important factor of textual legibility. Theoretically we share the elaborations presented in the studies developed by Beaugrande and Dressier (1981), Charolles (1978), Koch (1997) and Koch & Travaglia (1989, 1990). From these authors, it is possible to introduce the coherence as a criterion of interpretability, of attaching meaning to the text. This meaning is not present in the text, but it is constructed from the subjacent elements at the textual surface and linked to the context and to the interaction elements. Therefore a series of factors responsible for this interpretability are catalogued, such as: factors of cognitive, situational, social/cultural and interactional orders. With this theoretical structure it is possible to exam both the texts that constitute the proposals for textual production as well as the texts that result from those ones, taking into consideration the pertinence of the coherence attribution, by the candidate, to the first ones to efficiently elaborating the second ones.*

Palavras-chave: coerência, avaliação, exames vestibulares

1. Situando a questão

Freqüentemente, as instituições de ensino superior são instadas a contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem realizado pelas escolas de educação básica. Atendendo a essa demanda, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) elaborou um projeto denominado “Pensando o letramento na educação básica”¹.

Entre os objetivos dessa iniciativa, constava a análise de textos produzidos em situação de exame vestibular sob a perspectiva teórica, principalmente, da Lingüística Textual. Posteriormente, essas análises comporiam um curso ofertado aos professores dos níveis fundamental e médio, a fim de que os mesmos passassem a examinar os textos de seus alunos a partir do olhar advindo desses princípios que, acreditamos, podem colaborar sobremaneira para o trabalho com a língua materna

O relato que segue compõe um módulo do curso e versa sobre a contribuição da coerência para a avaliação de textos produzidos em situação de exame vestibular.

2. Examinando textos a partir da coerência

Para tratarmos da coerência como fator de legibilidade dos textos, vamos partir de uma proposta de produção de texto. Vejamos:

A IRRELEVÂNCIA DA MÍDIA

A indústria da informação, sobretudo a imprensa, está numa encruzilhada. Com a circulação estagnada, os jornais lutam para seduzir novos leitores. O público, porém, emite sinais de que considera o conteúdo dos jornais cada vez mais irrelevante. Na época em que o país estava submetido a três poderes efetivos – Exército, Marinha e Aeronáutica – costumava-se atribuir à imprensa importância capital na cruzada da resistência. Ao ecoar as ruas na campanha das Diretas-já, os jornais ajudaram a empurrar a farda de volta para os quartéis.

Restabelecida a democracia, o Collorgate tonificou a musculatura dos meios de comunicação. Teve-se a impressão de que a imprensa exercia, de fato, o quarto poder. Sob FHC, a imprensa tardou a acordar. Só depois de uma fase de namoro se deu conta de que estava diante de um presidente afeito à maleabilidade ética. A caída em si não foi generalizada. Alcançou apenas parte da mídia. Ainda assim, sobrevieram os escândalos da compra de votos da reeleição, as privatizações trançadas “no limite da irresponsabilidade”, as malversações da Sudam e outras cositas. Graças à exposição negativa, FHC é hoje um dos ex-presidentes mais impopulares. Tão impopular que o PSDB cuida de escondê-lo na campanha.

Escalando essa aversão, Lula chegou à presidência em 2002. E com ele veio a má notícia para a imprensa: o brasileiro deu as costas para o noticiário, eis a novidade. Poucos governos mereceram da mídia exposição tão negativa quanto a administração

¹ O projeto terá duração de um ano (nov.2007 a nov.2008) e é composto de 02 professoras coordenadas, 02 professoras supervisoras (vinculadas à UFPR) e quatro colaboradoras, ligadas direta ou indiretamente ao programa de Pós-graduação dessa instituição. Após a coleta de farto material junto às redações de vestibulares, procedeu-se à análise do mesmo, a partir dos seguintes temas: letramento, gêneros textuais, leitura, coerência, dialogismo, referenciação, articulação e avaliação. Na sequência, organizou-se um curso composto por esses módulos. Até o momento, já foram realizadas duas edições do curso para os professores; outras ainda estão previstas.

petista. As perversões atribuídas ao PT e a Lula foram alardeadas à saciedade. A despeito disso, o eleitorado atribui ao presidente um volume de intenções de voto que, por ora, humilha os concorrentes. Humilha também a mídia.

Poder-se-ia argumentar que o eleitor pobre de Lula não lê jornal. Bobagem. A crise ética ganhou espaço também nos meios de comunicação eletrônicos. E não há casebre brasileiro que não disponha de um aparelho de rádio ou de televisão. No segundo semestre de 2005, os analistas políticos tiraram do noticiário que produziram as suas próprias confusões. Onze em cada dez comentaristas difundiu a idéia de que a reeleição de Lula estava ameaçada.

Vítima de si mesma, a mídia está na bica de virar, ela própria, notícia. Sua “desimportância” reclama estudos e análises aprofundadas. Seu propalado poder de influência, seu festejado papel de formador de opinião está em xeque. Como que exausto da reiteração dos escândalos, o (e)leitor emite sinais de que já não vê diferença entre os políticos. Considera-os, indistintamente, corruptos. Priorizam os seus interesses pessoais em detrimento de valores coletivos como a ética.

Se os meios de comunicação fossem levados a sério, Lula deveria estar debatendo agora com os tribunais, não com os eleitores. Acomodados num dos pratos da balança, em contraposição aos escândalos, os feitos de seu governo até poderiam conferir-lhe certa competitividade eleitoral. Mas o favoritismo que ostenta, por ora acachapante, é o sinal mais eloqüente de que os meios de comunicação tornaram-se irrelevantes aos olhos da maioria da sociedade. (Josias de Souza, *Folhaonline*, acessado em 23 ago. 2006.)

A partir desse artigo de opinião, era solicitado aos candidatos um resumo de, no máximo, 10 linhas. Frente a essa proposta, é necessária a ativação de algumas habilidades; entre outras a leitura do texto-fonte — com todas as peculiaridades que esse processo demanda — e a recuperação das características do gênero *resumo*. A seguir, encontram-se três produções, claramente distintas quanto ao atendimento à proposta. Acompanhemos cada uma delas:

Texto I

“A Globo, maior emissora de televisão do país exibe o debate entre os quatro favoritos para presidência em 2006, neste, Geraldo, Cristovam, Eloísa e uma plaquinha debatem suas idéias para o próximo governo. A plaquinha, calada, passa por todas as provocações sem perder sua postura firme, por fim, a plaquinha passa para o segundo turno, e seu representante, um tal de Lula é eleito. Será que ninguém notou que colocaram esse tal de Lula no lugar da tão culta e popular plaquinha? Ou será que simplesmente ninguém assistiu ao debate e nem sabem de plaquinha ou de Lula porque gastaram sua capacidade de concentração durante a novela?”

O texto 1 não obedeceu ao gênero pedido — resumo —. Não há referência ao texto-fonte e identificamos claramente um posicionamento — característica que não faz parte desse gênero. Além disso, não podemos afirmar que o candidato compreendeu o texto-fonte. Em nenhum momento o artigo “A irrelevância da mídia” trata de um debate e nem mesmo nomeia “presidenciáveis”, além do presidente Lula; por outro lado, o candidato em nenhum momento comentou a situação atual da mídia — o tema do texto

a ser resumido. Essa produção pode ser considerada incoerente se levarmos em conta a proposta dada.

Texto II

“A imprensa vem atravessando uma fase difícil, com conteúdos pobres e baixa credibilidade, vem perdendo adeptos.

No passado exerceu um importante papel para, a então, democracia brasileira; porém na atualidade, sua participação é confusa e conflituosa no prisma da política brasileira. Colocando em risco sua própria importância como meio de comunicação.

Através da mídia, a população vem se desinteressando gradualmente pela política nacional. Concluindo e formando uma opinião, na qual, todos os políticos são corruptos e fazendo da própria imprensa réu e incapaz de imparcialidade.”

O texto 2 realiza uma sumarização do texto-fonte. No primeiro parágrafo dessa nova produção, localiza-se o resumo do primeiro parágrafo do texto-fonte; no 2º parágrafo, ocorre a síntese de outras informações do texto-fonte (do 1º e do 2º parágrafos), de forma muito aligeirada. No 3º parágrafo, temos uma paráfrase do parágrafo cinco (do texto-fonte). Além disso, em nenhum momento é feita alusão ao governo Lula. Quanto à sumarização realizada, o texto-resposta pode ser considerado coerente; no entanto, por não atender plenamente às características de um resumo: não há autonomia (se não conhecêssemos o texto-fonte, sua compreensão ficaria prejudicada) e não há menção explícita ao texto-base, essa coerência está comprometida. Ou seja, questões de incoerência local comprometem a coerência global.

Texto III

“Nas duas últimas décadas, no Brasil, a mídia desempenhou diferentes papéis na política nacional. Durante a ditadura, por exemplo, apresentou grande importância e, driblando a censura, impulsionou a volta da democracia. Mas esta, uma vez restabelecida, foi diminuindo gradativamente a relevância da imprensa. No governo FHC a mídia encontrou-se descendo cada vez mais os degraus da importância da informação dos brasileiros, até que, no governo Lula, confirmou-se que a população não dá mais atenção ao noticiário. Mesmo com tentativas de recuperar a credibilidade popular, os escândalos publicados só fizeram cansar o leitor. De acordo com Josias de Souza, da Folhaonline. “o (e)leitor emite sinais de que já não vê diferença nos políticos”. Em véspera de eleições, quando a imprensa deveria abrir os olhos dos eleitores, a miopia política prevalece em face da exaustão da informação.”

Finalmente, o texto 3 atende plenamente à proposta. Trata-se de uma produção coerente pois o candidato procedeu a uma leitura adequada do texto-fonte e redigiu sua resposta atendendo às características do gênero *resumo*. Na avaliação desses três exemplares, consideramos — além do gênero — principalmente, sua coerência. Critério fundamental da constituição textual, a coerência vem sendo estudada desde os primeiros anos da LT.

3. Definindo coerência

Mas o que é exatamente coerência?

Um texto vai ser coerente quando, em dada situação comunicativa, puder ser compreendido adequadamente. No caso em análise, a situação comunicativa é um exame vestibular, portanto, o aluno deve convergir sua produção tendo em mente a proposta. É o que se depreende da citação a seguir:

“A coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.

A coerência, portanto, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultante de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional.(Koch, 1997, p.41)

Koch, 1997, destaca a coerência como fenômeno em construção, na interação com/dos interlocutores situados contextualmente. Para essa construção são acionados os fatores de coerência, a serem explicitados a seguir. É a partir dessa forma de conceituação, aceita quase consensualmente pelos estudiosos de LT, que são elaboradas tanto as propostas quanto as avaliações. É importante registrar, ainda, a definição de coerência para Charolles (1978)[1988]²: coerência é um princípio de interpretabilidade. A interpretabilidade só se constitui quando de uma configuração significativa sem a qual o texto não cumpriria sua eficácia comunicativa.

É por isso que o texto 1 não é coerente, porque consideramos a situação de produção e a interação, e não apenas o texto produzido de forma isolada. Como ainda afirma Koch, 1997, p.41 “(...) o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação. Interação essa que nesse exemplar (I) não foi respeitada. Mas como estabelecer, então, a coerência? A resposta é dada, também, por Koch:

Se, porém, é verdade que a coerência não está no texto, é verdade também que ela deve ser construída a partir dele, levando-se, pois, em conta os recursos coesivos presentes na superfície textual, que funcionam como pistas ou chaves para orientar o interlocutor na construção do sentido. (...) .(Koch, 1997, p.41)

Para que o texto (nessa situação específica de exame vestibular, bem como em outras) a ser produzido seja coerente, é necessário que a leitura do texto-fonte considere os fatores responsáveis por sua coerência. Esses fatores foram nomeados/organizados por teóricos do texto e são os seguintes: conhecimento lingüístico, conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, fatores pragmáticos, intencionalidade e aceitabilidade, inferências, focalização, consistência e relevância.

Obviamente esse elenco de fatores se constituiu gradativamente, acompanhando a ampliação de horizontes da LT. Em obra de 1981, Beaugrande e Dressler apresentavam sete fatores de textualidade: a coesão, a coerência, a situacionalidade, a informatividade, a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade. Muitos

² Nesse artigo, trabalha-se com uma edição de 1988.

autores, entre eles Koch, 2004, no entanto, consideram a coerência o critério por excelência da textualidade, e a ela subordinam os demais. Além disso, Koch, 2004, incorpora trabalhos de Marcuschi, 1983 (citado por Koch, 2004), que considera os fatores pragmáticos ou de contextualização como mais um fator de coerência. Finalmente, a autora inclui os fatores consistência e relevância, focalização, conhecimento partilhado, conhecimento lingüístico e conhecimento de mundo (Koch, 1997, Koch e Travaglia, 1989, 1990), completando os fatores de coerência acima arrolados.

Assim, a partição da coerência — fator imprescindível de textualidade — em vários fatores não desconsidera a imbricação existente entre eles, mas valoriza o que esse desmembramento pode contribuir para seu aprofundamento.

Koch, 1997, apresenta que esses fatores devem ser observados em conjunto, ao sinalizar que é nessa conjunção que se produz a chamada coerência global³.

A coerência se estabelece em diversos níveis: sintático, semântico, temático, estilístico, ilocucional, concorrendo todos eles para a construção da coerência global. Assim, há autores que distinguem entre a coerência local (isto é, aquela que ocorre em um desses níveis, sobretudo no sintático) e a coerência global do texto.”p. 41-42.

Após esse breve recorte teórico, voltemos a “A irrelevância da mídia”. Para que esse texto seja coerente para seus leitores (especificamente, os candidatos ao exame vestibular) é necessária a ativação de seu **conhecimento lingüístico** em que precisam conhecer, por exemplo, o vocabulário (*tonificou a musculatura, afeito, maleabilidade, cositas, saciedade, a despeito, propalado, (e)leitor, detrimento, acachapante*); além de aspectos semânticos e sintáticos explícitos na superfície textual.

O **conhecimento de mundo** engloba, nesse caso específico, os saberes sobre história do Brasil e sua relação com a imprensa, que devem ser acionados ao ler-se esse texto. Além disso, algumas palavras e/ou expressões só são compreendidas adequadamente por meio de nosso conhecimento de mundo (*Collorgate, quarto poder, a farda*, entre outras).

Todos os fatores são importantes — como vimos anteriormente —, mas acreditamos que o conhecimento de mundo destaque-se; haja vista esse fator responder por todo o conhecimento (acadêmico e experiencial) construído no decorrer dos anos e armazenados em nossa mente de forma organizada, ou seja, por intermédio dos *esquemas cognitivos*.

O **conhecimento partilhado** refere-se ao conhecimento comum necessário entre os interlocutores; no caso, entre Josias de Souza (produtor do artigo de opinião), o redator da proposta e o candidato. Quando o candidato insere em sua produção informações não presentes no texto-fonte, poderíamos acreditar que o conhecimento de mundo desse candidato não é partilhado pelos produtores do texto-fonte e/ou da proposta.

³ Nesse trabalho, detivemo-nos na coerência global; a chamada *coerência local* — também nomeada como de *coesão* — foi objeto de dois outros módulos: a referenciação e a articulação.

A **situacionalidade** se refere ao contexto de produção, à situação em que o texto foi produzido (e será lido) — o vestibular. Temos, no primeiro caso, o domínio discursivo jornalístico, o gênero artigo de opinião, que se constitui pela criticidade, e a proximidade das eleições presidenciais. A **informatividade** trata do grau de complexidade do conteúdo, se o nível de informatividade for muito alto (para um determinado leitor) esse texto pode ser considerado incoerente, como pudemos observar no texto II, anteriormente analisado.

A **intertextualidade** corresponde aos textos que dialogam com o texto dado. No caso de a “A irrelevância da mídia” o diálogo ocorre com outros textos que circularam pela imprensa e trataram tanto da mídia quanto das eleições de 2006; na atribuição da coerência, recuperar essas “conversas” vai propiciar um texto mais interpretável, mais legível. Os **fatores pragmáticos** (também conhecidos como “de contextualização”) se referem ao título, autor, data, fonte, recursos gráficos, início do texto, elementos que auxiliam para sua compreensão, pois contribuem para a elaboração de hipóteses que serão confirmadas ou não.

A **intencionalidade e a aceitabilidade** tratam da relação entre produtor e receptor: ambos devem ser colaborativos para que o texto venha a ser considerado coerente. As **inferências** se ocupam da leitura do que não é explícito, pressupõem deduções do leitor a partir das pistas deixadas pelo produtor. Os leitores devem ser cuidadosos ao estabelecer inferências, a fim de que essas não sejam do tipo não-autorizadas, como se observou no texto 1.

A **focalização** pode ser compreendida como uma lente, uma perspectiva a ser adotada na leitura do texto. No nosso caso, deve-se optar por uma leitura que considere a crítica implícita no texto-fonte. Finalmente, a **consistência e a relevância** referem-se à pertinência das informações veiculadas: se o autor trata sempre do mesmo assunto e se insere informações relevantes para o objetivo a que se propôs. Comumente, em textos bem escritos — como os que se espera encontrar no suporte jornal — esses fatores são respeitados. Já na produção em situação de vestibular, ou no cotidiano escolar, a não-observância a esses mesmos fatores é bem comum.

Obviamente, esses fatores devem ser considerados sempre em conjunto e um acaba complementando o outro. E, da mesma maneira que o artigo de opinião em tela foi escrutinado sob os fatores de coerência, esse exercício poderia ser realizado com as produções dos alunos; a fim de que, construído *um* sentido, o texto seja considerado coerente. É o que, finalmente, afirma Koch:

“Uma vez construído um — e não o — sentido, adequado ao contexto, às imagens recíprocas dos parceiros da comunicação, ao tipo de atividade em curso, a manifestação verbal será considerada coerente pelos interactantes.”, 1997, 25.

4. Considerações finais

Não se pretendeu, nesse trabalho, realizar um levantamento teórico exaustivo sobre a coerência. Como se trata da contribuição da LT para o processo ensino-aprendizagem da leitura e da produção de textos, acreditamos que o arcabouço teórico presente nas obras de divulgação (citadas nas referências) constituam material suficiente para esse exame.

Obviamente, as produções dos vestibulandos podem ser examinadas sob outras lentes: letramento, gêneros textuais, leitura, referência e articulação; o que de fato ocorreu nos outros módulos do curso.

Voltando, finalmente, à coerência, acreditamos que tenha ficado evidente sua relevância para a leitura e a produção de textos. É a coerência — multifacetada em seus fatores — a responsável pela textualidade; constituindo-se como um (se não o mais importante) critério de legibilidade.

Ao lermos um texto — acionando os fatores de coerência — atribuímo-lhe sentido e a partir dessa compreensão é possível enfim produzir texto(s) também coerentes. Assim, estabelece-se a coerência como critério de avaliação de textos, não só daqueles produzidos em situação de exame vestibular mas também daqueles presentes no cotidiano das salas de aula.

No entanto, a despeito da relevância da coerência como critério de textualidade, Silva, 2005, constatou uma significativa perda de espaço da coerência entre os temas estudados pelos pesquisadores de LT no Brasil. Como deve ter ficado claro nesse relato, a contribuição da coerência como critério de avaliação é inquestionável, sendo, portanto, necessária sua retomada como objeto de estudo por parte tanto dos teóricos do texto quanto dos que se dedicam a questões de ensino.

5. Referências

- Beaugrande, R. de e W. V. Dressler. *Introduction to text linguistics*. Londres: Longman, 1981.
- Charolles, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In.: Galves, C.; Orlandi, Eni P.; Otoni, Paulo. (org. e ver.) *O texto: leitura e escrita*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- Koch, Ingedore G. V. e Travaglia, Luiz C.. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- Koch, Ingedore G. V. e Travaglia, Luiz C.. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- Koch, Ingedore G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- Koch, Ingedore G. V. *Introdução à Lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Silva, Luciana P. da. *Retratos da Lingüística Textual no Brasil: GEL e ABRALIN*. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Paraná, 2005.